

Muda o rumo das investigações policiais sobre o caso Lubeca

por Célia Rosemblum
de São Paulo

O delegado Massilon José Bernardes Filho, titular do 4º Distrito Policial de São Paulo, que apura as denúncias de corrupção na Prefeitura de São Paulo, está convencido de que três personagens-chave do caso Lubeca montaram "uma história que não tem consistência". Entre as hipóteses que a Polícia investiga estão evasão de divisas, estelionato e apropriação indébita.

Esta opinião é compartilhada pelo promotor Dráusio Barreto, que acompanha as investigações. E está baseada nos depoimentos prestados por José Luis Aranha Moura, proprietário da Appraisal Avaliações e Engenharia; Luciano Girão, diretor da Proceda Tecnologia S.A., uma das empresas do grupo Moinho Santista, controlada pela multinacional argentina Bunge y Born; e Osmar Cássio Rossato, dono da Tertec Comércio e Técnica de Serviço.

Conforme uma denúncia que veio à tona num debate entre os candidatos à Presidência da República, em 16 de outubro, a partir de Ronaldo Caiado (PSD), a

Prefeitura de São teria recebido dinheiro da Lubeca Empreendimentos e Participações para liberar a construção do projeto Panamby, conjunto de edifícios orçado em US\$ 600 milhões. Estes recursos teriam saído da empresa através da Tertec, que recebeu NCz\$ 900 mil. Esse dinheiro, segundo Caiado, tinha como destino real a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Rossato depôs ontem no 4º Distrito Policial. Não quis dar entrevistas. Um de seus advogados, Celso Alves Feitosa, chegou a agredir um cinegrafista. Segundo o delegado, ele contou que não conhecia "efetivamente" os resultados da obra que tinha executado para a Lubeca por ter passado o serviço a outra empreiteira. Tentou, conforme o promotor Dráusio Barreto, confirmar a história contada no dia anterior por Aranha Moura, mas enganou-se nas quantias e locais de aplicação do dinheiro.

Aranha Moura foi responsável pela aplicação, na Corretora Segmento, de NCz\$ 837 mil de um cheque emitido pela Tertec. Disse que prestou um favor ao amigo Rossato, que estava

se separando da mulher e não queria pagar pensão alimentícia. Mas dados levantados por Dráusio Barreto detectaram no depoimento que faltaram dois bancos no roteiro do cheque.

Pela manhã, o delegado ouviu o depoimento de Luciano Girão, diretor da Proceda, que teve no ano passado um faturamento de NCz\$ 10,18 milhões. Acompanhado pelo deputado estadual Moisés Lipnik (PTB), ele foi ao gabinete de Luiza Erundina para conversar sobre o projeto Panamby. Mas não era o porta-voz oficial da empresa. Girão também não quis dar entrevistas. Seu advogado, Eduardo Muylaert, disse que "tudo foi esclarecido no depoimento".

Massilon Bernardes tinha outra avaliação: "Não consegui saber quem é Luciano Girão nesta história toda". Segundo contou, o diretor da empresa não soube citar que equipamentos e serviços vendiam, qual a composição acionária ou da diretoria da Proceda.

Desde segunda-feira, a Secretaria da Fazenda de São Paulo está examinando toda documentação fiscal da Lubeca, Proceda e Ap-

praisal. Numa devassa semelhante realizada na Tertec, as provas configuraram crime fiscal, segundo o delegado Massilon. "Mas o objetivo central da investigação não é este. Estes crimes paralelos serão apurados posteriormente", informou.

Massilon e Dráusio Barreto contaram que os depoimentos foram tensos, com alguns dos envolvidos passando mal, ou mesmo chorando. "Isso é coisa de profissionais. Chegamos num ponto muito sério desta organização. Está para se levantar o véu", disse o promotor, explicando o clima.

"Duas pessoas se mostraram nitidamente pressionadas. Até oferecemos segurança, mas elas recusaram", relatou o delegado.

"Houve um caminho muito tortuoso de um cheque que foi dado sem contrapartida de obras realizadas", disse Barreto. Até agora a polícia não encontrou ligações com integrantes da administração municipal. "É possível que em determinado momento se chegue a alguém. Ou que seja só estelionato ou apropriação indébita", afirmou.